

**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

Processo nº. : 10880.026325/88-87

Recurso nº. : 02.242

Matéria : PIS DEDUÇÃO - EXS.: 1984 a 1986

Recorrente : POLYSIUS PROJETOS INDUSTRIAIS LTDA.

Recorrida : DRF-SÃO PAULO - SP

Sessão de : 13 DE NOVEMBRO DE 1997

Acórdão nº : 105-11.983

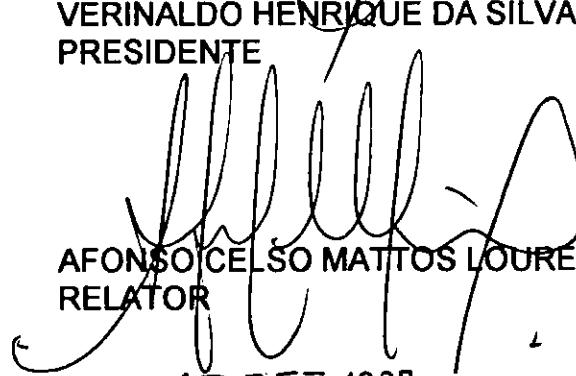
**PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL** - Caracterizada a tempestividade da peça de impugnação, cabe o seu exame pela autoridade julgadora da 1ª instância administrativa.

Recurso provido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por POLYSIUS PROJETOS INDUSTRIAIS LTDA.

**ACORDAM** os Membros da Quinta Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, DAR provimento ao recurso, para admitir como tempestiva a impugnação, determinando que a autoridade singular profira nova decisão, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

  
VERINALDO HENRIQUE DA SILVA  
PRESIDENTE

  
AFONSO CELSO MATTOS LOURENÇO  
RELATOR

FORMALIZADO EM: 17 DEZ 1997

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros: JOSÉ CARLOS PASSUELLO, VICTOR WOLSZCZAK, CHARLES PEREIRA NUNES e IVO DE LIMA BARBOZA. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros JORGE PONSONI ANOROZO e NILTON PÊSS.

**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

**PROCESSO N°. 10880.026325/88-87  
ACÓRDÃO N°. 105-11.983**

**RECURSO N°: 02.242  
RECORRENTE: POLYSIUS PROJETOS INDUSTRIAIS LTDA.**

**RELATÓRIO**

**POLYSIUS PROJETOS INDUSTRIAIS LTDA., teve contra si o Auto de Infração de fls. 18, referente ao PIS DEDUÇÃO em razão de exigência efetuada no âmbito do IRPJ.**

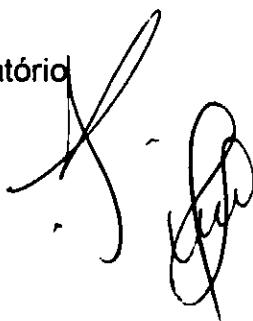
**Impugnação às fls. 24/26.**

**Decisão singular às fls. 32/33, a qual julgou procedente o Auto de Infração.**

**Irresignada, tempestivamente, a Autuada apresentou o seu recurso às fls. 36/40.**

**Houve despacho do ilustre presidente deste órgão às fls. 43.**

**É o relatório**

A handwritten signature in black ink, appearing to read "J. S. J. S." followed by a stylized surname.

**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

PROCESSO N°. 10880.026325/88-87  
ACÓRDÃO N°. 105-11.983

**V O T O**

**CONSELHEIRO AFONSO CELSO MATTOS LOURENÇO, RELATOR**

Conforme o exposto no relatório, retorna o presente processo da diligência determinada por esta Câmara, para efeito de verificação do expediente normal da repartição no dia 12/09/88.

No atendimento da diligência, a autoridade preparadora fez anexar o documento de fls. 117 do processo matriz (este relator efetuou a numeração desta página do processo), o qual, entretanto, entendo como não comprovador do expediente normal da repartição na data de 12/09/88.

Justifico esta posição pela incipienteza do documento e em vista, principalmente, dos seguintes elementos:

- a) precariedade do documento, inclusive sem qualquer timbre e/ou outro indicativo que ateste a sua inequívoca procedência;
- b) falha na numeração do controle dos documentos recebidos (duplicidade dos nºs 105 e 106);
- c) falta de discriminação dos documentos recebidos;
- d) pouca quantidade de documentos recebidos, o que, em princípio, atesta a natureza incompleta do documento; e

**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

**PROCESSO N°. 10880.026325/88-87  
ACÓRDÃO N°. 105-11.983**

e) conforme fls. 56, a autuada protocolou a sua impugnação em 13/09/88, sendo que tal registro não consta no documento anexado, que inclusive omite completamente a data de 13/09/88.

Por estas razões, o documento pode até ser válido mas, sem sombras de dúvida não é bastante para caracterizar o regular funcionamento da repartição na data de 12/09/88.

Ao contrário, face à sua inegável precariedade, o documento anexado forma o meu convencimento pela falta da normalidade, circunstância que ratifica a alegação da recorrente.

Pelo exposto, tenho por tempestiva a impugnação apresentada, pelo que voto no sentido de que, face a validade da peça de defesa inicial, seja lavrada outra na boa e devida ordem.

É o meu voto.

Sala das Sessões - Df, em 11 de novembro de 1997.

AFONSO CELSO MATTOS LOURENÇO

**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

**PROCESSO N°. 10880.026325/88-87  
ACÓRDÃO N°. 105-11.983**

**INTIMAÇÃO**

Fica o Senhor Procurador da Fazenda Nacional, credenciado junto a este Conselho de Contribuintes, intimado da decisão consubstanciada no Acórdão supra, nos termos do § 2º, do artigo 40, do Regimento Interno, com a redação dada pelo artigo 3º da Portaria Ministerial nº 260, de 24/10/95 (D.O.U. de 30/10/95).

Brasília-DF, em 17.12.97

VERINALDO HENRIQUE DA SILVA  
PRESIDENTE

Ciente em

NILTON CÉLIO LOCATELLI  
PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL